



ATA DA REUNIÃO DO DIA 03 DE MAIO DE 2011

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité, às dezoito horas e trinta e cinco minutos, foi dado início à Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Ibirité. Compondo à Mesa Diretora, o Presidente, José Catulino Versiani Neto, o Vice-Presidente, Geraldo Ferreira Lemes, a Primeira Secretária, Sarah da Conceição Ferreira e o Segundo Secretário, Abdias Alves Batista. Após verificação das presenças, foi justificada a ausência da Conselheira Municipal de Saúde, Arlene Gomes Miranda Oliveira. Abertos os trabalhos, o Presidente lê os pontos de pauta desta reunião, a saber: - Abertura; - Leitura, apreciação e aprovação da Ata Reunião Anterior (Ordinária);- Aprovação do Regimento Interno da IV Plenária Municipal de Saúde; - Aprovação dos Indicadores do Pacto pela Saúde – 2011; - Apresentação do Fluxo de Exames de Alto Custo e Consultas Especializadas; - Assuntos Gerais; - Informes e, - Encerramento. A Ata da Reunião Ordinária do dia 05/04/2011 foi lida pela Conselheira Maysa Aparecida Antunes da Silva. Após, colocada em votação, pelo Presidente, e aprovada pelo Plenário. O Presidente informa que o ponto de pauta relativo à aprovação do Regimento Interno da IV Plenária Municipal de Saúde ficará para a próxima reunião do Conselho, devido à não finalização do documento para a apresentação ao CMS. Sobre o ponto de pauta: Aprovação dos Indicadores do Pacto pela Saúde – 2011, foi lida Ata da Câmara Técnica de Controle e Avaliação, pela Conselheira Municipal de Saúde Jussara Versiani que, durante a leitura, esclareceu alguns pontos, a saber: **a)** a utilização de instrumento virtual de pactuação de indicadores com os resultados obtidos no ano anterior e proposta de meta para o ano em curso, através do SISPACTO, sendo este dividido em duas partes: Parte I, refere-se ao TCG e Parte II, refere-se ao Pacto pela Saúde; **b)** que a pactuação, desta vez, foi do ajuste de metas do Pacto pela Saúde; **c)** e a inclusão no Pacto pela Saúde de novos indicadores pelo Ministério da Saúde. Após entendimentos, o Ajuste de Metas do Pacto pela Saúde do município de Ibirité, para o ano de 2011, foi colocado em votação, pelo Presidente, e aprovado pelo Plenário. Passado para o próximo ponto de pauta, sobre o Fluxo de Exames de Alto Custo e Consultas Especializadas, que foi apresentado pela Conselheira Municipal de Saúde Lêda Magalhães de Freitas, com uma Planilha de custo de procedimentos pagos pelo SUS e procedimentos pagos pelo Fundo Municipal de Saúde, através de convênio. Inicialmente, esclareceu sobre alguns gargalos, como : I - parâmetros de assistência PPI – Programação Pactuada e Integrada, com referência a Portaria/MS Nº 1.101/2001, sendo que tais parâmetros estão defasados ; II – assistência pela urgência, como porta de entrada do Sistema Único de Saúde, com elevada demanda; III - o Ministério da Saúde estuda situação em que os profissionais médicos dos serviços de urgência e médicos generalistas da atenção básica estão migrando dos serviços de saúde pública para a rede hospitalar particular, preferencialmente. Posto isto, ações



vem sendo realizadas, na perspectiva de otimizar a assistência à saúde dos munícipes, como: **a)** o Protocolo de Manchester, proposta do Ministério da Saúde, com a classificação de risco e encaminhamento para a atenção básica, considerando que 40% dos pacientes da atenção primária procuram o Pronto Atendimento; **b)** aumento do contingente de especialista, em Ibirité, que atende 50% da demanda existente; **c)** a implantação do Programa de Educação Permanente (PEP) para médicos de família, proposto pela Secretaria de Estado de Saúde – MG, com o objetivo de consolidar e qualificar a atenção básica à saúde, vinculada ao processo de melhoria da qualidade da prática profissional. A Conselheira Lêda Magalhães esclarece que a proposta do Ministério da Saúde é de atender 20% da especialidade e exames de alto custo previstos, tendo como referência a PPI. Esclarece, também, que a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité, além dos médicos de regulação avaliar as prioridades dos pedidos médicos, assume, pela modalidade de convênio, com o mesmo rigor, para atender os demais pedidos médicos que não são previstos na Planilha do SUS. Retomando a Planilha sobre o fluxo de exames de alto custo e consultas especializadas, aponta algumas dificuldades encontradas para a realização de determinados procedimentos, tais como: aqueles que não tem prestador de serviço; aqueles que são feitos em hospitais e não tem como fazer compra de procedimentos hospitalares; a prestação de alguns procedimentos dá-se a partir de abertura de processo licitatório, não havendo outra forma de pagamento pelo serviço público; os baixos valores pagos pelo SUS e os elevados valores pagos pelo convênio por procedimento e, a falta de especialistas no mercado para contratação imediata pela Secretaria Municipal de Saúde, a exemplo, citou a especialidade de reumatologia. A Conselheira Municipal de Saúde Jussara Versiani e o Conselheiro Municipal de Saúde Geraldo Ferreira Lemes sugerem que os delegados municipais eleitos, que participarão da próxima Conferência Estadual de Saúde, questionem sobre o número insuficiente de cotas de procedimentos definidos pelo Ministério da Saúde para atender a demanda da população, além da limitação pela pactuação desses procedimentos através da PPI com outros municípios. A Conselheira Municipal de Saúde Lêda Magalhães de Freitas acrescenta como questionamentos também para a Conferência Estadual de Saúde: - a necessidade de reavaliação dos parâmetros assistenciais pelo Ministério da Saúde; - a redução de leitos hospitalares e, - dificuldade de adesão de especialistas na rede pública de saúde. O Presidente José Catulino pontua, como obstáculo, a tecnologia incorporada na saúde, tornando os procedimentos e técnicas médicas caras para SUS, que possui recurso finito. Pondera que no SUS esgotam-se, primeiro, as possibilidades por procedimentos mais simples, para, depois, caso seja necessário, utilizar-se procedimentos mais caros. O Presidente José Catulino acrescenta que é necessário atentar para a postura profissional médica quanto à solicitação de exames, o que requer da atenção básica à saúde maior resolutividade, situação que também requer dar importância aos processos de trabalho, com ênfase na prevenção e a atenção assistencial aos



casos crônicos que vai além dos parâmetros assistenciais. Na sequência, foi dada a palavra aos conselheiros e demais presentes, que manifestaram interesse em falar. O senhor Adão manifesta preocupação com a ausência do especialista em reumatologia para atender a população do município. Diz que, no geral, quando a Equipe está sem o profissional médico, a população procura o Pronto Atendimento. As Conselheiras Municipais de Saúde Lêda Magalhães e Fabiana Chaves Cabral esclarecem que as Equipes de Saúde da Família que estão descobertas pelo profissional médico, os atendimentos a população estão sendo realizados através de plantões médicos realizados nos sábados, conforme planejamento prévio, até que a situação seja resolvida. A Conselheira Ângela Maria questiona a morosidade na marcação de cirurgia de hérnia pelo município. O Presidente José Catulino esclarece que a morosidade não é em relação ao procedimento cirúrgico, mas à disponibilização de leito hospitalar, necessário ao paciente, no pós-operatório. O senhor Fernando coloca a morosidade de marcação de retorno de consultas especializadas e sugere mais agilidade neste aspecto. Acrescenta, também, que conhece uma senhora idosa de 86 anos que está aguardando, há 08 meses, exame de cardiologista. A Conselheira Lêda Magalhães orienta-o a procurar a Auditoria da SMS, para o caso ser avaliado. O senhor Raimundo questiona que, na Planilha de fluxo de exames de alto custo e consultas especializadas apresentadas, consta, além das informações, uma gama de números, o que torna difícil a divulgação desta informação pelos conselheiros à comunidade. Situação que merece ajuda para levar ao conhecimento da população. O senhor Raimundo reafirma a necessidade de agilidade da atenção básica à saúde, a fim de evitar que a pessoa chegue aos serviços de alta complexidade. Sugere mais práticas de prevenção e a intersetorialidade entre secretarias, como esportes, saneamento básico e outros; além da utilização de estandes informativos nas Unidades de Saúde dos assuntos discutidos pelo CMS. O senhor Luciano pontua sobre a existência de inúmeras macas nos corredores do Pronto Atendimento. Fez referência quanto à orientação pelos profissionais da Unidade de Saúde para os pacientes procurem o P. A. O senhor Luciano entrega ao Presidente do CMS denúncia por escrito. A Conselheira Lêda Magalhães esclarece que algumas medidas já estão sendo avaliadas, no que tange às atividades esportivas; encontra-se em estudo a proposta do Ministério de Saúde de academia pública (em praças); realização de orientação de práticas saudáveis pelos fisioterapeutas dos NASFs e ajuste de metas. Quanto às intercorrências nas Unidades de Saúde da Família, estuda-se a possibilidade de inclusão de enfermeira como observadora nessas Unidades, a fim de compreender os impasses ocorridos entre profissionais de saúde e a população, buscando soluções. A Conselheira Lêda Magalhães relembra a importância da participação da população quanto à utilização das Caixinhas de Ouvidoria. A visitante, senhora Maria, moradora do Bairro Morada da Serra, informa ao Plenário que realizou prevenção e foi pedido exame de mamografia, sendo orientada pela funcionária da



Unidade de Saúde da Família, de nome Flávia, que esse exame ela tinha que pagar, indicando o prestador do serviço. A Conselheira Lêda Magalhães esclarece sobre diferenciação de número de cotas de mamografias para 2010 e 2011, disponibilizadas pelo Ministério de Saúde e sobre recente publicação de Portaria Ministerial. A Conselheira Lêda Magalhães informou que há planejamento de compra do equipamento mamógrafo para o próximo ano. A Conselheira Fabiana informa que ocorreram esclarecimentos pela médica mastologista e Referência Técnica da Saúde da Mulher, Dra. Thaís, nas reuniões mensais do PSF, sobre a realização da mamografia. Informa, também, que os agendamentos para mamografia já foram liberados. O Vice Presidente, Geraldo Ferreira Lemes, solicita que a denúncia da moradora Maria, do Morada da Serra, seja feita por escrito e aos cuidados do Setor de Controle e Avaliação/SMS. O Conselheiro Abdias pergunta se o pedido de mamografia pode ser feito por clínico e que os profissionais de saúde da Unidade de Saúde parecem não ter essa informação para passar a população. Abdias solicita mais presença da Coordenação da Atenção Básica nas questões administrativas da Unidade de Saúde do Novo Horizonte e informa que houve distribuição de senhas, em função de que a enfermeira estava fazendo “produção”. Dos assuntos gerais: O Conselheiro Local de Saúde do Morada da Serra, senhor Durvalino fala que o conselheiro não pode denunciar e relatou fato ocorrido entre ele e a Enfermeira da Unidade. Os detalhes dos fatos encontram-se em denúncia escrita, entregue ao Presidente. Em seguida, O Presidente José Catulino manifesta, em nome do Conselho, total apoio aos componentes deste Conselho de Saúde no exercício de seu papel, como Conselheiro. A Conselheira Lêda fala da necessidade deste caso ser encaminhado também para a Auditoria e para a Coordenação da Atenção Básica. O Presidente José Catulino informa que a apresentação da Programação Anual das Ações de Vigilância Sanitária – ano 2011, recebida recentemente, será apreciada na próxima reunião do Conselho, bem como a apreciação de outros assuntos. Propõe, e é aceito pela Plenária, Reunião Extraordinária para dia 24/05/2011. O Presidente lê Ofício da Coordenação da Atenção Básica que pede apoio deste CMS na divulgação da Coleta de Exame Preventivo do Câncer de Colo Uterino, pelas Equipes de Saúde da Família, preferencialmente, nas áreas de abrangência dos bairros Petrovale, Novo Horizonte, Monsenhor Horta, Parque Elizabeth, Vila Ideal, Palmares, Canoas/Canaã e Duval de Barros. Lê, também, Ofício denúncia de moradores do Parque Elizabeth, para a Plenária tomar conhecimento dos fatos nele contidos e informa que dará os encaminhamentos necessários. Na sequência, o Presidente José Catulino lê Comunicação Interna de Nº 116/2011 DCAA/SMS, sobre informações de atendimentos pela ESF relativos à senhora Arlinda Maria da Silva, mãe da Conselheira Maria da Glória. O visitante, Senhor Adão, fala sobre a necessidade de fornecimento de material de insumo à paciente pela Unidade do Canal. A Conselheira Fabiana esclarece sobre o fluxo de atendimento para dispensação de material de insumo aos pacientes acamados. A Coordenadora



da Assistência Farmacêutica da Atenção Básica, Elaine Rodrigues Vargas Almeida, informa sobre levantamento realizado para investigar fato ocorrido com paciente do Bairro Palmares que, segundo relato, havia recebido medicação com rótulo não identificado. Após questionamentos entre os presentes, Elaine lamenta o ocorrido e informa que não foi possível apurar a situação vivenciada pelo paciente e a origem da respectiva medicação, devido à insuficiência de informações, a começar pela não identificação do medicamento. O Presidente pondera sobre a ausência de elementos de provas para a apuração do fato, esclarece que a nível do CMS não foi possível obter a conclusão do mesmo e informa que há outras instâncias para a família recorrer, caso tenha interesse. Jussara solicita, à Coordenação da Assistência Farmacêutica da Atenção Básica, encaminhamento de relatório, sobre o levantamento feito do caso, ao Conselho; sugestão que foi aceita pelo Plenário. Alcançados os objetivos desta reunião, às vinte e duas horas, a mesma foi encerrada e eu, Sarah da C. Ferreira, Primeira Secretária da Mesa Diretora, lavrei a presente Ata, devendo, depois de aprovada, ser assinada por todos, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença.